



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

MANHÃ

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE: INSPETOR DE POLÍCIA JUDICIAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas para a marcação das alternativas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para o caderno de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados na folha para a marcação das respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha para a marcação das respostas das questões objetivas e/ou em seu caderno de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade, e, em caso de erro, não será permitida a substituição da folha de respostas e/ou do caderno de textos definitivos
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

A opção abaixo que mostra uma narrativa de sequência linear, sem interrupções, é:

- (A) “Dvorak arrastou-se até o alto do morro e olhou a paisagem abaixo – lembrou-se da terra de onde saíra e sentiu saudades. Viu um conjunto de grandes árvores e um monte de pedras”;
- (B) “As águas invadiram o centro da cidade e trouxe preocupações aos moradores que procuraram proteger suas casas. Como já tinham passado por isso em anos passados, procuraram repetir as ações que tinham dado certo. Trancaram as portas com trancas pregadas nas soleiras das portas e nos batentes das janelas, colocaram os animais em lugares mais altos...”;
- (C) “Os charreteiros abriram o desfile, com seus belos cavalos. Em seguida, conforme o hábito da região, estabelecido pelos primeiros habitantes alemães, fundadores da cidade, vieram as mulheres com seus trajes tradicionais e, por fim, os incontáveis grupos profissionais com suas roupas características”;
- (D) “Os primeiros banhistas descobriram o corpo na areia e um deles chamou a polícia, que veio logo a seguir. Examinaram o corpo, mas ninguém foi capaz de identificar a vítima do assassinato”;
- (E) “O freguês habitual do bar se sentou numa cadeira do balcão, pediu um drink e começou a reclamar dos preços do estabelecimento. Esse, aliás, é um hábito muito comum entre clientes habituais, o de reclamar de preços que sempre pagaram. O garçom explicou o que pôde e passou a fazer outra coisa”.

2

A frase abaixo, retirada do romance A Condessa Vésper, de Aluísio Azevedo, em que houve troca indevida entre as expressões “ao encontro de” e “de encontro a” é:

- (A) Depois foi à janela respirar um pouco de ar, e viu na rua, encostado ao lampião, o homem que falara com Violante. Desceu sem ruído ao encontro dele.
- (B) Apeou-se defronte da casa do Jorge. Um velho de longas barbas estava assentado ao limiar da porta, saiu-lhe ao encontro e perguntou com ar triste: — O senhor naturalmente é o Dr. Gabriel?
- (C) Os homens, que V. S. tem defronte de si e que o guardam à vista, são de confiança e estão pagos para não o deixarem fugir; escusa, por conseguinte, tentar qualquer meio que for de encontro ao que determinei.
- (D) Enquanto sucedia ao pobre Gabriel o que acabamos de ver, Melo Rosa tomava um carro de praça e mandava tocar à toda para Laranjeiras, correndo ao encontro de Ambrosina, que devia estar à sua espera...
- (E) Esperava, por outro lado, que as suas recentes decisões não fossem ao encontro do que pretendia, o que lhe traria imensa decepção.

3

A frase abaixo que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

- (A) Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.
- (B) A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.
- (C) Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.
- (D) Como alguns livros ensinam a viver, nada mais justo que ler mais.
- (E) Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

4

Todo texto bem estruturado mostra um tema e progressão; a opção em que o progresso do texto é feito por frases que mostram o mesmo tema é:

- (A) Automedicar-se é um problema, pois a automedicação, bem passível de erros, pode causar prejuízos à saúde, além de gerar despesas inúteis em alguns casos.
- (B) Os turistas trazem benefícios econômicos a um local, mas nem sempre são bem-vindos, pois o país que os recebe pode não estar preparado para um fluxo intenso, necessitando mais investimentos na infraestrutura.
- (C) As livrarias estão desaparecendo, pois a leitura não está sendo incentivada nas escolas e os donos de lojas comerciais não querem sofrer prejuízos.
- (D) Os dicionários são livros bastante úteis, assim como os romances históricos, que simultaneamente nos educam e nos trazem conhecimentos.
- (E) Os carros importados são melhores que os nacionais; a importação de carros melhorou a nossa indústria automobilística.

5

Nas frases abaixo há abreviaturas de vários símbolos; a forma abreviada que está corretamente empregada é:

- (A) Cheguei à estação às 15hs;
- (B) Percorri 25 km em meia hora;
- (C) Eram 2h:15mins. quando o avião pousou;
- (D) A régua tinha 30cms e era maior que as outras;
- (E) A viagem durou cerca de 2h em função do acidente.

6

As inferências são fruto do conhecimento de mundo do leitor, que deve reconhecer as ligações semânticas não explicitadas.

A única frase abaixo que NÃO se enquadra entre inferências é:

- (A) “O carro entrou bastante devagar no estacionamento, com os pneus traseiros arriados”;
- (B) “O Novo Testamento é de leitura mais fácil que o Velho Testamento; os evangelhos são úteis para nossa vida”;
- (C) “Os turistas compraram uma casa na cidade visitada; os quartos davam vista para a montanha”;
- (D) “As garrafas de vinho foram colocadas deitadas no armário, com os rótulos para cima”;
- (E) “O médico pegou o formulário de cima da mesa e escreveu o endereço para o cliente”.

7

“A melhor defesa contra a bomba atômica é não estar lá quando ela explodir”.

O problema de construção dessa frase está:

- (A) no emprego de “lá” sem antecedente;
- (B) na utilização do pronome “ela” para substituir “bomba”;
- (C) na falta de vírgula antes da última oração;
- (D) no mau uso de “melhor” para adjetivar “defesa”;
- (E) na incoerência interna entre segmentos.

8

Dentre as frases abaixo, a única que NÃO mostra valor humorístico, irônico ou crítico é:

- (A) O paisagista pinta tranquilo porque a paisagem defronte não se pode aproximar do quadro para ver se está parecida;
- (B) Alguns homens de criação são vulcões extintos;
- (C) Professores e pais existem para serem suplantados;
- (D) Aquele que costuma dar palpites sobre nossos jardins jamais cuida de suas plantas;
- (E) Errar é humano. Culpar o computador é ainda mais humano.

9

Leia a frase abaixo com atenção:

“As árvores genealógicas são a única espécie arbórea que teria razões para ocultar suas raízes”.

A afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase acima é:

- (A) a frase não pode ser entendida por faltar lógica aos termos, já que uma árvore genealógica não é uma espécie arbórea;
- (B) a finalidade da frase é criticar as pessoas demasiadamente preocupadas com sua origem familiar, nem sempre digna de ser valorizada;
- (C) o referido ocultamento das raízes revela a necessidade de discrição sobre assuntos familiares;
- (D) a frase foi estruturada na base de uma comparação entre uma árvore genealógica e uma árvore natural;
- (E) a forma verbal “teria” indica uma certeza na afirmação.

10

Todos os textos abaixo mostram argumentos em defesa de uma tese.

O argumento utilizado está corretamente identificado em:

- (A) Como já sabe a grande maioria da população, o poder público não está resolvendo o problema de saúde do povo / argumento de autoridade;
- (B) A Prefeitura distribuiu lixeiras pela cidade para que melhore a limpeza urbana / argumento estatístico;
- (C) Alguns empresários estão evitando investimentos na Argentina em função da inflação alta / argumento apoiado em um estereótipo;
- (D) Todos os empregados da empresa receberão assistência de saúde para que tenham melhor rendimento, diz o atual diretor / argumento apoiado em opinião pessoal;
- (E) Os prefeitos de pequenas cidades devem imitar os das grandes cidades, pois os problemas são os mesmos / argumento apoiado numa relação defeituosa de causa-efeito.

11

A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- (A) Somos seres muito primitivos, operando a 0,001% da potência espiritual que somos capazes de operar nessa vida;
- (B) O meu cão não fala e é graças a isso que eu o compreendo;
- (C) A verdade é essa: todos devemos trabalhar;
- (D) João e Maria vieram: este de táxi e aquele de ônibus;
- (E) Na Idade Média todos eram bons cristãos; nesta época, a Igreja era muito poderosa.

12

A frase abaixo em que está mais bem empregada a palavra “maior” é:

- (A) Os espíritos mais elevados são capazes dos maiores pecados;
- (B) A roda mais deteriorada do carro é a que faz maior barulho;
- (C) Dirijam-se à secretaria para maiores informações;
- (D) O Corcovado é maior que o Pão de Açúcar;
- (E) Está o maior frio nesta época do ano.

13

Ao final de uma exposição sobre medicamentos, o conferencista declara: “O melhor de todos os analgésicos é, sem dúvida, o NANDORE, pois foi o único a acabar com a minha dor”.

Sobre a argumentação desse segmento, é correto afirmar que os argumentos apresentados:

- (A) se fundamentam em bases científicas;
- (B) são sólidos, já que fundamentados em vivências pessoais;
- (C) procuram universalizar uma experiência individual;
- (D) se apoiam em dados estatísticos;
- (E) carecem de ética.

14

A frase publicitária abaixo que se apoia na sedução para o convencimento de leitor é:

- (A) As roupas da loja X tornam você mais elegante!
- (B) O CRAUV é o carro do futuro em tecnologia!
- (C) O cachorro é o melhor amigo do homem: adote um!
- (D) Acredite em Deus; compre o livro do pastor X.
- (E) Persiga a riqueza: invista no Fundo de Investimentos ZUL!

15

Todas as frases abaixo mostram comparações introduzidas por “como”; a única opção em que a comparação NÃO está explicada é:

- (A) Se as pessoas agissem como as nações, seriam todas colocadas em camisa de força;
- (B) Os reis são com seus ministros como os maridos traídos com suas mulheres: nunca sabem o que se passa;
- (C) A vontade de um povo é como um relâmpago que dura um segundo;
- (D) Ser presidente é como administrar um cemitério: há um monte de gente embaixo de você, mas ninguém escuta;
- (E) Países são como frutas – os vermes estão dentro.

Raciocínio Lógico e Matemático

16

Sabe-se que a sentença “Se a calça é verde e a camisa é rosa, então o sapato é branco ou o cinto é marrom” é FALSA.

É correto concluir que:

- (A) a camisa não é rosa ou o cinto é marrom;
- (B) a calça é verde e o sapato é branco;
- (C) se o sapato não é branco, então a camisa não é rosa;
- (D) se o cinto não é marrom, então o sapato é branco;
- (E) se a calça não é verde, então o cinto é marrom.

17

Sérgio comprou um celular por R\$ 3.000,00 e pagou em duas parcelas iguais de R\$ 1.650,00 cada uma, sendo a primeira no ato da compra e a segunda um mês depois.

A taxa de juros mensal cobrada pela loja foi de, aproximadamente:

- (A) 8%;
- (B) 10%;
- (C) 17%;
- (D) 22%;
- (E) 25%.

18

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- (A) 60 kg;
- (B) 64 kg;
- (C) 72 kg;
- (D) 80 kg;
- (E) 96 kg.

19

Para uma sessão de cinema, a primeira fila tem seis poltronas livres em sequência. Um casal e seus três filhos ocuparão cinco desses lugares. O casal ficará em lugares vizinhos e, naturalmente, uma poltrona ficará vazia.

O número de maneiras diferentes como essa família poderá ocupar as poltronas disponíveis é:

- (A) 60;
- (B) 120;
- (C) 180;
- (D) 240;
- (E) 360.

20

No plano cartesiano, o quadrilátero convexo ABCD tem vértices A(0, 1), B(4, 8), C(9, 6), D(9, 1).

A área do quadrilátero ABCD é:

- (A) 36;
- (B) 38;
- (C) 40;
- (D) 42;
- (E) 44.

Noções de Sustentabilidade

21

A Constituição Federal, em seu Art. 225, impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender o meio ambiente ecologicamente equilibrado e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Buscando a adoção de políticas públicas de âmbito nacional, em prol da melhoria da prestação jurisdicional e do efetivo cumprimento da Carta Constitucional por parte dos administradores da Justiça, foi editada pelo CNJ a Resolução nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

De acordo com o referido ato normativo, é correto afirmar que:

- (A) os indicadores de desempenho do Plano de Logística Sustentável serão uniformes para todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo vedada a inclusão de novos temas pelos órgãos do Poder Judiciário;
- (B) a unidade de sustentabilidade dos órgãos do Poder Judiciário deve fomentar ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a promoção das contratações sustentáveis e a promoção da equidade e da diversidade;
- (C) a adequada gestão dos resíduos gerados deve priorizar a disposição final dos resíduos segregados pelos órgãos do Poder Judiciário em aterros sanitários;
- (D) é vedada a adoção das compras compartilhadas com outros órgãos, a fim de garantir a rastreabilidade e a origem dos insumos adquiridos, que devem ser apuradas nos indicadores do Plano de Logística Sustentável;
- (E) a unidade de sustentabilidade deve ser criada pelos órgãos do Poder Judiciário por tempo determinado, pelo prazo necessário à elaboração do Plano de Logística Sustentável.

22

A gestão adequada dos resíduos sólidos é um desafio cada vez mais urgente e essencial para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do planeta. A inadequada gestão de resíduos compromete não apenas o meio ambiente, mas a qualidade de vida da população e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a implementação de Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é imprescindível para a adequada gestão dos resíduos.

Sobre esses planos, é correto afirmar que:

- (A) devem prever expressamente a periodicidade de sua revisão, observado o período máximo de 30 anos;
- (B) é facultada a previsão de sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços;
- (C) devem contemplar ações específicas a serem desenvolvidas no âmbito dos órgãos da Administração Pública, com vistas à utilização racional dos recursos ambientais, ao combate a todas as formas de desperdício e à minimização da geração de resíduos;
- (D) não é obrigatória sua elaboração para que os municípios tenham acesso a recursos financeiros e incentivos governamentais relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, embora seja recomendada;
- (E) devem prever as zonas favoráveis e desfavoráveis para a localização de unidades de tratamento de resíduos sólidos ou de disposição final de rejeitos.

23

À medida que a população cresce em larga escala, a produção industrial experimenta elevado incremento para acompanhar a nova demanda. Como resultado, temos uma crescente geração de resíduos. Nesse contexto, o gerenciamento de resíduos se mostra imprescindível para permitir o melhor aproveitamento das matérias-primas e a redução das agressões ao meio ambiente. Assim, em busca do desenvolvimento sustentável e a fim de propiciar padrões dignos de vida a esta e às futuras gerações, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabeleceu uma ordem de prioridade das ações que devem ser encaminhadas na gestão e no gerenciamento dos resíduos sólidos.

A alternativa que contém práticas organizadas segundo a ordem de prioridade definida na PNRS é:

- (A) reciclagem, comprar roupas em brechó, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (B) recuperação energética de resíduos, reaproveitamento da matéria prima em outras cadeias produtivas, reduzir impressões em papel;
- (C) embalagem retornável, reciclagem, destinar resíduos ao aterro sanitário;
- (D) recuperação energética, reciclagem, utilizar copos de vidro no lugar de descartáveis;
- (E) reciclagem, destinação a aterro, recuperação energética de resíduos.

24

Determinado ente da federação, no âmbito de suas competências, resolve conceder incentivo fiscal a indústrias e entidades dedicadas à reciclagem de resíduos produzidos no território nacional, conforme autorizado pelo Art. 44 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS).

Trata-se, portanto, de aplicação prática do seguinte princípio previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- (A) princípio do protetor-recebedor;
- (B) princípio do poluidor-pagador;
- (C) princípio da participação pública;
- (D) princípio da responsabilidade;
- (E) princípio da vedação ao retrocesso ambiental.

25

A coleta seletiva é um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), juntamente com os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.

Sobre a coleta seletiva, é correto afirmar que:

- (A) é facultado aos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos o estabelecimento de metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, entre outras, com vistas a reduzir a quantidade de rejeitos encaminhados para disposição final ambientalmente adequada;
- (B) o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a destinação de materiais reutilizáveis e recicláveis oriundos da coleta seletiva às indústrias recicladoras que apresentem proposta mais vantajosa economicamente;
- (C) são consideradas formas de coleta seletiva a coleta porta a porta, a coleta por pontos de entrega voluntária (PEVs) e as unidades de triagem de resíduos;
- (D) para a implementação adequada da coleta seletiva, é imprescindível a contínua prática de educação ambiental e mobilização social que promovam a conscientização de que a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos inicia-se com o gerador em sua residência, por meio da adequada separação e acondicionamento dos resíduos;
- (E) dentre os desafios encontrados para a reciclagem, destacam-se o descarte incorreto dos materiais, a contaminação dos recicláveis e a prioridade legal conferida à incineração de resíduos.

Noções de Direito Administrativo

26

Na qualidade de servidor público federal estável, Manuel visa a defender, junto à Administração Pública Federal, interesse legítimo, que afeta interesse patrimonial, relativo a descontos que vêm sendo efetuados em sua remuneração, razão pela qual decidiu perquirir as normas previstas na Lei nº 8.112/1990 sobre o direito de petição.

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) o direito de requerer de Manuel prescreve no prazo de três anos, na medida em que se trata de questão que afeta o interesse patrimonial;
- (B) Manuel não poderá apresentar pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão;
- (C) o prazo para a interposição de pedido de reconsideração ou de recurso por Manuel é de até 10 (dez) dias úteis, a contar da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão recorrida;
- (D) na hipótese de indeferimento do pedido de reconsideração de Manuel, caberá recurso, que poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente;
- (E) eventual requerimento ou recurso de Manuel deve ser encaminhado diretamente à autoridade competente para a decisão, independentemente do intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado.

27

Fernando, técnico judiciário do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, estava conversando com sua amiga Felícia, que é policial federal, acerca das peculiaridades da polícia administrativa em relação à polícia judiciária.

O técnico pontua corretamente que:

- (A) distinções entre polícia administrativa e polícia judiciária não existem, na medida em que o objeto e a finalidade de ambas são os mesmos;
- (B) as autoridades que exercem a atividade de polícia administrativa não podem adotar quaisquer medidas sem a determinação judicial pertinente;
- (C) ambas as polícias podem ter caráter preventivo ou repressivo, apesar de apresentarem peculiaridades;
- (D) apenas a polícia judiciária pode incidir sobre bens, na medida em que a administrativa recai sobre pessoas;
- (E) a polícia federal não tem atribuição de polícia judiciária, pois apenas exerce a de polícia administrativa.

28

Ao estudar as hipóteses de extinção do ato administrativo, Júlia verificou que há uma modalidade em que isso ocorre em razão da incompatibilidade do ato administrativo com outro posterior, tal como ocorre com a nomeação do servidor, que é extinta com a sua exoneração.

Tal modalidade de extinção corresponde a:

- (A) recusa;
- (B) renúncia;
- (C) anulação;
- (D) revogação;
- (E) contraposição.

29

Tendo em vista que o Tribunal Regional da 1ª Região necessita adquirir determinados produtos, com muita frequência, para o adequado exercício de suas atribuições constitucionais, as autoridades competentes estão verificando as normas atinentes ao sistema de registro de preços, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo certo que tais produtos são considerados bens comuns e que é viável a competição, por existirem diversos fornecedores.

Diante dessa situação hipotética, à luz do mencionado diploma legal, é correto afirmar que:

- (A) não é cabível a realização de licitação, por ser ela inexigível na situação descrita;
- (B) é cabível a realização de licitação, em qualquer das modalidades previstas na norma em comento, admissíveis na situação descrita;
- (C) não é cabível a realização de licitação, diante da possibilidade de escolha por qualquer das modalidades de contratação direta na situação descrita;
- (D) é cabível a realização de licitação, que deverá ser na modalidade pregão, que é a pertinente para a situação descrita;
- (E) não é cabível a realização de licitação, por ser ela dispensável, em essência, na situação descrita, independentemente do valor contrato ou do objeto a ser contratado.

30

Diante do incremento de seu patrimônio e do receio de levantar suspeitas sobre a origem lícita dos valores acrescidos, que foram declarados em seu imposto de renda, Josefina se recusou, de forma expressa, a apresentar a respectiva declaração de bens atinente dentro do prazo determinado pela Administração.

Considerando a específica previsão acerca do tema, constante da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, a recusa de Josefina será apenada com a sanção de:

- (A) advertência;
- (B) demissão;
- (C) repreensão;
- (D) suspensão de 15 (quinze) dias, com prejuízo da remuneração;
- (E) suspensão por até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

31

Acerca das normas atinentes ao sigilo das informações, da comunicação, da publicidade dos atos e das informações, bem como da imprensa oficial, nos termos em que dispõe o Código de Conduta dos servidores da Justiça Federal – Resolução nº 147/2011, do Conselho da Justiça Federal, é correto afirmar que:

- (A) os servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal são proibidos de receber presentes, incluindo os brindes atribuídos por entidades a título de cortesia, por ocasião de eventos especiais ou datas comemorativas;
- (B) o servidor ou gestor do Conselho e da Justiça Federal que, por força de seu cargo ou de suas responsabilidades, tiverem acesso a informações do órgão em que atuam ainda não divulgadas não são obrigados a manter sigilo quanto ao seu conteúdo;
- (C) a comunicação entre os destinatários do Código ou entre esses e os órgãos governamentais, os clientes, os fornecedores e a sociedade deve ser indiscutivelmente clara, simples, objetiva e acessível a todos os legitimamente interessados;
- (D) os contatos com os órgãos de imprensa serão promovidos por quaisquer servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal, tribunais regionais federais e seções judiciárias;
- (E) é vedado aos servidores e gestores do Conselho e da Justiça Federal garantir a publicidade de seus atos e a disponibilidade de informações corretas e atualizadas que permitam o conhecimento dos aspectos relevantes da atividade sob sua responsabilidade.

32

As chamadas cláusulas exorbitantes correspondem às prerrogativas reconhecidas para a Administração Pública no âmbito dos contratos administrativos.

Acerca do aludido tema, com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) a fiscalização do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (B) o fato do príncipe e o fato da Administração estão expressamente consagrados no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (C) a alteração unilateral do contrato não está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal;
- (E) a viabilidade de ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato está expressamente consagrada no rol das cláusulas exorbitantes previstas no aludido diploma legal.

33

Para além dos princípios previstos expressamente no Art. 37, *caput*, da CRFB/1988, as normas que versam sobre direito administrativo costumam elencar outros princípios relacionados às respectivas matérias (setoriais), tal como se observa no Art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo, e no Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que trata de licitações e contratos. Nesse contexto, os princípios que NÃO estão no aludido dispositivo constitucional, mas que constam textualmente das referidas normas, são, respectivamente:

- (A) impessoalidade e vinculação ao edital;
- (B) segregação de funções e moralidade;
- (C) motivação e publicidade;
- (D) proporcionalidade e planejamento;
- (E) probidade administrativa e eficiência.

Noções de Direito Constitucional

34

O Art. 2º da Emenda Constitucional nº X, com o objetivo de aperfeiçoar o controle da qualidade dos direitos prestacionais oferecidos à coletividade, determinou a criação, por lei complementar, de um conselho nacional de natureza interfederativa, que seria responsável pelo referido controle.

Extrai-se do Art. 2º da Emenda Constitucional nº X uma norma de eficácia:

- (A) plena;
- (B) contida;
- (C) limitada, de princípio institutivo;
- (D) limitada, de natureza programática;
- (E) restringível, mas de exigência imediata.

35

Maria, servidora pública federal, foi condenada, em sentença transitada em julgado, pela prática de infração penal. No momento em que o regime de cumprimento da pena passou para o aberto, procurou se informar em relação aos atos que poderia, ou não, praticar enquanto estivesse cumprindo a pena.

Ao final, Maria concluiu corretamente que, na perspectiva das eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo:

- (A) não pode votar nem concorrer a cargo eletivo;
- (B) pode votar, mas não pode concorrer a cargo eletivo;
- (C) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Executivo, não do Legislativo;
- (D) pode votar e concorrer a cargo eletivo, apenas não podendo deixar o distrito da culpa;
- (E) pode votar e concorrer apenas a cargos eletivos do Poder Legislativo, não do Executivo.

36

João tem um emprego público na área administrativa da sociedade de economia mista federal Alfa, que explora atividade econômica em sentido estrito. Acresça-se que Alfa não recebe recursos públicos para o pagamento de suas despesas de custeio. Ao analisar se, à luz da Constituição da República, poderia vir a ter, de modo simultâneo, outro emprego público em sociedade de economia mista, João concluiu corretamente que é:

- (A) vedada a acumulação pretendida;
- (B) permitida a acumulação, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedada a acumulação, salvo se houver compatibilidade de horários na jornada de trabalho dos dois empregos;
- (D) permitida a acumulação, desde que a soma de ambas as remunerações não ultrapasse o teto constitucional;
- (E) permitida a acumulação, desde que as sociedades de economia mista estejam vinculadas a entes diversos.

37

Em determinada relação processual, o Tribunal Regional Federal X dispensou à lei federal interpretação diametralmente oposta àquela realizada pelo Tribunal Regional Federal Y. Ao tomar conhecimento desse fato, a parte, que não teve seus interesses atendidos pela interpretação realizada pelo Tribunal Regional Federal X, decidiu interpor o recurso cabível após o esgotamento da atividade jurisdicional por este último órgão.

A narrativa indica que a referida parte almeja que o seu recurso seja julgado pelo:

- (A) Supremo Tribunal Federal;
- (B) Conselho da Justiça Federal;
- (C) Superior Tribunal de Justiça;
- (D) Conselho Nacional de Justiça;
- (E) Turma de Uniformização de Jurisprudência.

38

João, especialista em gestão pública, foi consultado pela deputada federal Maria em relação ao modelo de gestão a ser adotado na seguridade social, o que iria subsidiar a elaboração de uma proposição legislativa que pretendia apresentar.

Foi corretamente informado a Maria que a referida gestão:

- (A) deve ser centralizada na União, de modo a assegurar a uniformidade do sistema;
- (B) será delimitada pelo Congresso Nacional, podendo ser centralizada ou descentralizada;
- (C) deve contar com a participação do governo e dos segurados do sistema nos órgãos colegiados;
- (D) deve contar com a participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados;
- (E) deve contar com a participação da sociedade civil, dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados.

39

Pedro, analista da Alfa e Ômega Consultoria e Realizações, foi consultado por uma sociedade empresária, com sede e operações na Suíça, em relação à existência, ou não, de óbice constitucional para que viesse a construir e a operar um moderno hospital no território brasileiro.

Ao responder à consulta, Pedro esclareceu corretamente que o objetivo almejado pela referida sociedade empresária:

- (A) é peremptoriamente vedado;
- (B) é peremptoriamente permitido;
- (C) não é disciplinado pela Constituição da República;
- (D) é permitido, mas a lei pode indicar as situações em que é vedado;
- (E) é vedado, mas a lei pode indicar as situações em que é permitido.

40

João, filho de Johan, alemão naturalizado brasileiro, e de Maria, espanhola naturalizada brasileira, nasceu quando seus pais se encontravam em solo belga a serviço da embaixada da França. Logo após alcançar a maioridade, ainda em solo belga, João consultou a Constituição da República Federativa do Brasil para verificar se teria a nacionalidade brasileira.

Ao fim de suas reflexões, João concluiu corretamente que:

- (A) é brasileiro nato;
- (B) é brasileiro naturalizado;
- (C) pode se naturalizar brasileiro caso comprove a residência no território brasileiro por um ano ininterrupto;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) somente será considerado brasileiro nato se tiver sido registrado em repartição brasileira em solo belga.

Conhecimentos Específicos

41

Luiz, servidor público federal, se apropriou, em proveito próprio e agindo dolosamente, de um computador portátil público de que tinha a posse em razão do cargo ocupado. Nos dois dias subsequentes, o referido agente público repetiu a conduta perpetrada, apropriando-se de outros computadores portáteis públicos de que também tinha a posse, nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Luiz responderá pelos crimes de:

- (A) corrupção passiva, em continuidade delitiva;
- (B) corrupção passiva, em concurso material;
- (C) corrupção ativa, em concurso material;
- (D) peculato, em continuidade delitiva;
- (E) peculato, em concurso material.

42

Jonas, servidor público federal, compareceu ao estabelecimento comercial de Mário e dele exigiu o pagamento de um tributo federal devido, em benefício da Administração Pública. Contudo, o referido agente público, na cobrança, empregou, dolosamente, meio vexatório que a lei não autoriza, humilhando o particular.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Jonas responderá pelo crime de:

- (A) condescendência criminosa;
- (B) exploração de prestígio;
- (C) excesso de exação;
- (D) tergiversação;
- (E) concussão.

43

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia em face de João, ao argumento de que ele, em comunhão de ações e desígnios com uma terceira pessoa não identificada, que logrou se evadir, teria ingressado em uma agência da Caixa Econômica Federal, ocasião em que subtraiu, mediante o emprego de uma arma de fogo de uso permitido, valores pecuniários pertencentes à empresa pública. Em juízo, os gerentes da agência bancária afirmaram, sem qualquer dúvida, que houve a utilização de arma de fogo para a prática delitiva, embora esta não tenha sido apreendida.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) roubo, com a incidência das causas de aumento de pena atinentes ao concurso de pessoas e ao emprego de arma de fogo;
- (B) extorsão, com a incidência das causas de aumento de pena atinentes ao concurso de pessoas e ao emprego de arma de fogo;
- (C) extorsão, com a incidência da causa de aumento de pena atinente ao concurso de pessoas;
- (D) roubo, com a incidência da causa de aumento de pena atinente ao emprego de arma de fogo;
- (E) roubo, com a incidência da causa de aumento de pena atinente ao concurso de pessoas.

44

Após tentar matar um policial federal, no exercício das funções, Mário fugiu, encaminhando-se ao domicílio de João, seu irmão, que não tinha qualquer conhecimento anterior sobre a prática delitiva. Nesse contexto, ao ser informado por Mário sobre o ocorrido, João, dolosamente, o auxiliou a subtrair-se da ação das autoridades públicas, que o buscavam incessantemente.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, a conduta perpetrada por João:

- (A) em tese, caracteriza o crime de favorecimento pessoal, mas, como o auxílio foi prestado ao irmão, ele fica isento de pena;
- (B) caracteriza o crime de favorecimento real, mas, como o auxílio foi prestado ao irmão, ele terá direito à redução da pena;
- (C) em tese, caracteriza o crime de favorecimento real, mas, como o auxílio foi prestado ao irmão, ele fica isento de pena;
- (D) caracteriza o crime de favorecimento pessoal, inexistindo qualquer causa de isenção de pena;
- (E) caracteriza o crime de favorecimento real, inexistindo qualquer causa de isenção de pena.

45

Luiz recebeu, de boa-fé, como verdadeiras, vinte notas falsas de cem reais. Após constatar a falsidade, Luiz, dolosamente, as restituiu à circulação, para não ter que suportar qualquer prejuízo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Luiz:

- (A) responderá pelo crime de moeda falsa, estando sujeito a uma pena, em abstrato, equivalente àquela prevista para o agente que falsifica, fabrica ou altera o papel-moeda;
- (B) não responderá por qualquer crime, por não ter sido o responsável pela falsificação do papel-moeda ou pela sua colocação originária em circulação;
- (C) responderá pelo crime de moeda falsa, estando sujeito a uma pena, em abstrato, inferior àquela prevista para o agente que falsifica, fabrica ou altera o papel-moeda;
- (D) não responderá por qualquer crime, por se tratar de conduta formalmente atípica;
- (E) responderá pelo crime de petrecho para falsificação de moeda.

46

Caio, maior e capaz, ingressou na área de embarque do aeroporto internacional de Salvador/BA, com destino a Londres, na Inglaterra, na companhia do seu filho, uma criança com nove anos de idade. Enquanto aguardava a chamada para o ingresso na aeronave, Caio foi abordado por policiais federais, os quais receberam uma denúncia, por pessoa identificada, no sentido de que ele transportaria drogas ao exterior. Em revista pessoal, observadas as normas legais, constatou-se que Caio dispunha de cinco quilos de cocaína presos em seu corpo, enquanto o seu filho, por ordem do genitor, transportava quinhentos gramas de substância entorpecente.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, Caio responderá pelo crime de tráfico de drogas na modalidade:

- (A) simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena, em razão do envolvimento de uma criança, não se cogitando de qualquer acréscimo nas sanções por força da destinação das drogas, considerando que não houve efetiva transposição de fronteiras;
- (B) qualificada, em razão do envolvimento de uma criança, não se cogitando de qualquer acréscimo nas sanções por força da destinação das drogas, considerando que não houve efetiva transposição de fronteiras;
- (C) qualificada, em razão do envolvimento de uma criança, além da incidência de uma causa de aumento de pena, por força da transnacionalidade do delito;
- (D) qualificada, em razão da transnacionalidade do delito, além da incidência de uma causa de aumento de pena, considerado o envolvimento de uma criança;
- (E) simples, com a incidência de duas causas de aumento de pena, em razão do envolvimento de uma criança e considerada a transnacionalidade do delito.

47

Tatiana, proprietária de um pequeno estabelecimento comercial, utiliza, dolosamente e em proveito próprio, no exercício de sua atividade comercial, mercadorias proibidas pela lei brasileira, tendo conhecimento de que elas foram importadas ao território pátrio por meios clandestinos. Registre-se que os referidos bens não possuem qualquer relação com as proibições descritas na Lei de Drogas e no Estatuto do Desarmamento.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tatiana:

- (A) não responderá por qualquer crime, pois as mercadorias proibidas não estão expostas à venda no estabelecimento comercial;
- (B) não responderá por qualquer crime, por não ter sido a responsável pela importação das mercadorias proibidas;
- (C) responderá pelo crime de facilitação de contrabando;
- (D) responderá pelo crime de contrabando;
- (E) responderá pelo crime de descaminho.

48

Após requerimento formulado pelo Ministério Público Federal, o juiz competente decretou a prisão preventiva de Maria e de Caio, que teriam participado de um grande esquema criminoso, ensejador de elevado prejuízo à sociedade empresária XYZ. Cumpridos os mandados de prisão, as defesas técnicas requereram a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, comprovando que Maria encontra-se no quarto mês de gestação, enquanto Caio, com 81 anos de idade, está debilitado por motivo de doença grave.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) não poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar em benefício de Maria, antes do nascimento do seu descendente com vida. Igualmente, Caio, por não se encontrar extremamente debilitado por motivo de doença grave, não poderá ser agraciado com a medida;
- (B) poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar em benefício de Maria. Contudo, Caio não poderá ser agraciado com a medida, considerando que não se encontra extremamente debilitado por motivo de doença grave;
- (C) não poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar em benefício de Caio, considerando que ele não ostenta idade igual ou superior a 85 anos. Contudo, Maria, em razão da gravidez, poderá ser agraciada com a medida;
- (D) poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar em benefício de Caio. Contudo, Maria, antes do nascimento do seu descendente com vida, não poderá ser agraciada com a medida;
- (E) poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar em benefício de Maria e de Caio, por preencherem os requisitos legais.

49

Caio, empresário, responde, na esfera federal, pela suposta prática de crime contra a Administração Pública, gerador de prejuízo à União Federal. Após receber a denúncia, o juízo competente verificou que Caio encontra-se, em lugar sabido, no estrangeiro, não dispondo de qualquer endereço fixo na República Federativa do Brasil. Registre-se que o denunciado reside fora do país há anos, mesmo antes da existência da relação processual.

Nesse cenário, segundo as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio será:

- (A) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, suspendendo-se o curso do prazo prescricional até que ingresse no país;
- (B) citado por carta precatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- (C) considerado revel, já que não possui endereço fixo na República Federativa do Brasil, de forma que o processo prosseguirá sem a sua presença;
- (D) citado por carta rogatória, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento;
- (E) citado por edital, por se encontrar no estrangeiro, em local sabido, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

50

Joana, delegada de polícia federal, retardou a intervenção policial relativa a uma determinada ação praticada pela organização criminosa XYZ, de caráter transnacional, mantendo-a sob observação e acompanhamento, de forma que a medida legal se concretizou no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 12.850/2013, Joana fez uso do seguinte meio de obtenção de prova:

- (A) colaboração premiada, que pressupõe a prévia comunicação ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público;
- (B) infiltração de agentes, que pressupõe a prévia comunicação ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público;
- (C) infiltração de agentes, que pressupõe a prévia autorização do juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites, ouvido o Ministério Público;
- (D) ação controlada, que pressupõe a prévia comunicação ao juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público;
- (E) ação controlada, que pressupõe a prévia autorização do juiz competente, que, se for o caso, estabelecerá os seus limites, ouvido o Ministério Público.

51

Uma guarnição da Polícia Rodoviária Federal abordou o veículo automotor conduzido por João na BR 319, em razão do excesso de velocidade constatado. Durante a abordagem, João, dolosamente, entregou aos policiais um documento de identificação próprio, emitido pelo estado do Amazonas, que, no entanto, fora alterado por terceira pessoa, sem qualquer participação sua, direta ou indireta. Contudo, João, muito nervoso e ciente dos direitos constitucionais que possui, acabou por confessar aos policiais que o documento era falso.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, João responderá pelo crime de:

- (A) falsificação de documento público, a ser processado e julgado na Justiça Federal;
- (B) uso de documento falso, a ser processado e julgado na Justiça Estadual;
- (C) falsidade ideológica, a ser processado e julgado na Justiça Estadual;
- (D) falsa identidade, a ser processado e julgado na Justiça Estadual;
- (E) uso de documento falso, a ser processado e julgado na Justiça Federal.

52

Matheus, caminhoneiro, foi capturado em flagrante enquanto transportava, na fronteira entre a República Federativa do Brasil e a Colômbia, cem quilos de cocaína. Em assim sendo, o indivíduo foi encaminhado à presença do delegado de polícia federal, que constatou que, na unidade policial, inexistia perito oficial para firmar o laudo de constatação da natureza e quantidade da droga. Dessa forma, o laudo pericial foi lavrado por uma pessoa idônea.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, é correto afirmar que:

- (A) recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de dez dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo;
- (B) com a ratificação da prisão em flagrante de Matheus, o delegado de polícia fará, imediatamente, comunicação ao juiz competente, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, remetendo-lhes cópia do auto lavrado;
- (C) o local da destruição das drogas será vistoriado antes e depois de efetivada a medida, sendo lavrado auto circunstanciado pela autoridade sanitária, certificando-se neste a destruição total do material;
- (D) a constatação da natureza e quantidade da droga se deu de forma irregular, pois não é possível suprir a ausência de perito oficial, substituindo-o por pessoa idônea, por ausência de previsão legal;
- (E) a destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente, na presença do Ministério Público, da autoridade sanitária e do juiz que ordenar a adoção da medida.

53

Um importante veículo de imprensa publicou, em 01 de fevereiro de 2024, uma matéria em sua conta no Instagram na qual atacou a imagem de uma autarquia federal, por conta dos números de uma pesquisa, na gestão de verbas públicas destinadas à promoção de políticas públicas voltadas à saúde. Um usuário, utilizando-se de seu perfil na aludida rede social, no dia 05 de fevereiro do mesmo ano, igualmente fez ataques diretos à honra da autarquia, através de comentários na mencionada matéria antes postada. A Advocacia-Geral da União ingressou em juízo, demandando o referido veículo de imprensa e o usuário, a fim de buscar o direito de resposta.

À luz da sistemática da Lei nº 13.188/2015, é correto dizer que:

- (A) o direito de resposta, dentre outros requisitos, deve ser exercido no prazo decadencial de trinta dias da data da publicação da matéria ofensiva;
- (B) não são considerados matérias, para os fins dessa lei, os comentários realizados por usuários da Internet nas páginas eletrônicas dos veículos de comunicação social;
- (C) o direito de resposta não deve ser considerado um diálogo ou verdadeiro contraditório em relação ao veículo de comunicação social autor da matéria ofensiva, por não se cuidar de conduta espontânea desse último ator;
- (D) a concretização da retratação, levada a efeito pelo veículo de imprensa, impede o exercício do direito de resposta, posto que alcançado o objetivo de expressar a realidade de como os fatos aconteceram;
- (E) é dispensável que a resposta tenha o mesmo destaque, publicidade, periodicidade e dimensão da matéria ofensiva, porquanto o que importa é a ocorrência, em si, de um espaço para que o ofendido possa se manifestar.

54

No dia da Proclamação da República, no ano de 2012, um *hacker* ingressou, por meio da inserção de um vírus, no *smartphone* da presidente da República, superando os mecanismos de segurança do dispositivo, com a finalidade de instalar vulnerabilidades e, assim, obter dados comprometedores do governo federal. Foi noticiado que tal pessoa poderia ser presa.

Considerando os fatos apresentados e com atenção à Lei nº 12.737/2012, é correto dizer que:

- (A) a conduta não deve ser considerada crime, porquanto a aludida lei ainda não existia na data dos fatos;
- (B) a ação penal, referente à mencionada conduta penalmente ilícita, é de iniciativa privada;
- (C) a única espécie de pena prevista, na norma penal incriminadora, para o crime de invasão de dispositivo informático é a multa;
- (D) a Lei nº 12.737/2012 foi indiferente à prática de invasão de dispositivo informático praticada contra o presidente da República;
- (E) cuida-se de um irrelevante penal o fato de a invasão levar ao controle remoto não autorizado do dispositivo invadido.

55

O IBGE publicou um estudo apontando que existe uma grande diferença entre brasileiros no acesso e no modo de lidar com a Internet, sobretudo quanto ao uso seguro, consciente e responsável. Foi explicado que isso está relacionado a diversas variáveis, desde o trato do tema na educação formal, passando pela inserção de pessoas idosas no universo digital e pela entrega desse acesso em locais mais remotos do Brasil, até a disponibilização de conteúdos nacionais.

Diante do cenário narrado e levando em conta o que dispõe a Lei nº 12.965/2014, é correto dizer que:

- (A) o trato com a Internet não depende de educação formal, devendo o Estado se concentrar nas suas atribuições usuais e não assumir mais esse papel, que pode ser realizado pela iniciativa privada;
- (B) a inserção de pessoas idosas no universo digital deve ser prioritariamente desenvolvida pelos provedores de serviço de Internet, constituindo-se de mera faculdade tal atuação por parte do Estado;
- (C) o acesso à Internet, em locais mais remotos, em razão da grande extensão territorial do Brasil, não deve ser tratado como política pública, podendo isso ser suplementado pela iniciativa privada;
- (D) a Internet deve visar a uma cultura global, de modo que eventual exigência ao Estado de fomento de produção e circulação de conteúdos nacionais ataca o espírito do Marco Civil da Internet;
- (E) a formulação e o fomento de estudos e a fixação de metas, estratégias, planos e cronogramas voltados ao uso e ao desenvolvimento da Internet no Brasil são exigíveis do Estado.

56

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região instituiu sua Política de Proteção de Dados Pessoais por meio de resolução da sua presidência. Nela constam as figuras jurídicas do controlador, operador e encarregado.

Com base na Lei nº 13.709/2018, é correto afirmar que:

- (A) existe autorização legal para que o operador indique o encarregado pelo tratamento de dados pessoais, já que é, efetivamente, quem conhece, na prática, todo o ciclo de tratamento de dados;
- (B) inexistente previsão legal de responsabilidade civil da figura jurídica do operador por danos causados na atividade de tratamento de dados pessoais, porque, devido à sua condição, é o controlador que se relaciona com o público externo;
- (C) configura uma lacuna legal a atribuição de quem deve aceitar as reclamações e prestar os respectivos esclarecimentos aos titulares dos mencionados dados pessoais, o que permite seu trato por ato infralegal;
- (D) a Lei nº 13.709/2018 contempla a figura do controlador, sendo possível que seja pessoa natural ou jurídica, e até de direito público, a quem competem as decisões relacionadas ao tratamento de dados pessoais;
- (E) compete ao controlador a função de receber as comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, porquanto é a figura jurídica com superioridade hierárquica frente às demais.

57

Preocupado com o atendimento de pessoas com prioridade, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região instituiu um protocolo com mudanças tanto arquitetônicas como culturais a fim de entregar um serviço mais adequado a tal público. Dentre outras deliberações, ficou estabelecido que as pessoas com deficiência, as com transtorno do espectro autista e as idosas seriam as abrangidas, visto serem o público de maior quantidade a frequentar a Corte. O atendimento ocorreria, de forma não individualizada, em guichês comuns, mesmo sendo possível a designação de um específico, acontecendo a prioridade após passados 20 minutos da presença da pessoa. Antes da submissão ao magistrado responsável, foi dito que o protocolo seria superior à lei e que o descumprimento desta não ensejaria responsabilidade.

À luz da Lei nº 10.048/2000, é correto afirmar que:

- (A) o protocolo respeita a ideia de igualdade, quando elenca como pessoas com prioridade de atendimento as com deficiência, com transtorno do espectro autista e idosas, por serem, no caso concreto do Tribunal, seu maior público;
- (B) sendo possível, o atendimento da pessoa com deficiência deve ocorrer em guichê específico para esse fim e não em comum, mas, sendo este o caso, tal pessoa deve ser atendida imediatamente após a conclusão do atendimento em andamento;
- (C) a ausência de acompanhante pessoal da pessoa com deficiência no protocolo não o invalida, porque o atendimento daquela pessoa é, por lei, discricionário, o que significa que sua incorporação à realidade do Tribunal se dá dentro da possibilidade;
- (D) com relação ao atendimento, a forma não individualizada é mais benéfica à pessoa com deficiência, para que sinta mais pertencimento ao seu grupo de pessoas, e a individualizada não deve se voltar a repartições públicas;
- (E) em caso de atuação contrária às previsões determinadas na Lei nº 10.048/2000, a responsabilidade não ficaria caracterizada, já que suas normas são facultativas, enquanto as do protocolo qualificam-se como mandatórias.

58

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, por conta do grande volume de atendimentos ao público, resolveu ampliar as sedes das suas seções judiciárias. Para tanto, recebeu um projeto para construção de um anexo à sede da seção do Distrito Federal. Com olhos na segurança institucional, foram colocados, na calçada, pequenos postes de meio metro, vizinhos ao semáforo, no acesso à única entrada disponível ao público em geral. No estacionamento de uso público, foram reservadas as vagas mais próximas aos acessos à circulação de pessoas para veículos que transportam pessoa com deficiência. No auditório, localizado no último andar, todos os espaços para uso são ocupados por cadeiras fixas. Além disso, na rua com grande movimentação de pedestres e automóveis, existe um único semáforo a viabilizar a travessia da calçada em frente ao anexo para a do anexo.

Considerando os dados apresentados e à Lei nº 10.098/2000, é correto afirmar que:

- (A) a lei possibilita que pessoas com deficiência fiquem em uma sala diversa, com equipamentos adequados muito embora o auditório possua todos os espaços para uso ocupados por cadeiras fixas;
- (B) a presença constante de um guarda municipal, junto ao semáforo, é necessária para guiar ou orientar a travessia de pessoa com deficiência visual, devido à intensidade do fluxo de veículos e à periculosidade da via;
- (C) o estacionamento com as vagas mais próximas aos acessos à circulação de pessoas reservadas a veículos que transportam pessoa com deficiência de locomoção permanente obedece à lei, devendo também possuir a respectiva sinalização;
- (D) a presença de pequenos postes, na calçada, no acesso à única entrada disponível ao público em geral, deve vir acompanhada de supervisão dos agentes de Polícia Judicial, para minimizar os riscos de acidente às pessoas com deficiência;
- (E) a ausência de banheiro acessível para pessoas com deficiência não importa em desrespeito à lei, porquanto esta facultou sua existência em edifícios públicos, sendo possível disponibilizar o banheiro de uso comum.

59

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) é um plano para, no referido ano, ser atingido um mundo melhor para todos os povos e nações. Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas, com a participação de 193 estados membros, estabeleceu objetivos de desenvolvimento sustentável. Visa-se a promoção do Estado de Direito, dos direitos humanos e da responsividade das instituições públicas.

Sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável, é correto afirmar que:

- (A) ficou de fora o tema afeto à igualdade de gênero, por ter entendido a Assembleia Geral das Nações Unidas que isso carece de amadurecimento, sobretudo nos países em desenvolvimento;
- (B) a educação de qualidade foi prevista, com alcance da primeira infância, dos ensinamentos primário e secundário, assim como foi estabelecida, como obrigatória, uma educação superior pública e gratuita;
- (C) reconhecendo a dificuldade da erradicação da pobreza, já que suas condições são muito diversas a depender do país, não foi prevista a implementação de medidas e sistemas de proteção social, em nível nacional;
- (D) no tema afeto à redução das desigualdades, por compreender que se avançaria em campo destinado à democracia local, preferiu-se abrir mão da promoção da inclusão política de todas as pessoas;
- (E) a ampla redução da corrupção, nas suas diversas formas, e o desenvolvimento de instituições eficazes, responsáveis e transparentes, nos mais variados níveis, constituem ideias para promover uma sociedade pacífica.

60

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência – é uma importante legislação voltada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Com relação ao disposto na mencionada lei, é correto afirmar que:

- (A) a pessoa com deficiência deve ter atendimento prioritário na tramitação processual em que for parte ou interessada, direito este não extensível ao seu acompanhante;
- (B) a avaliação da deficiência é obrigatória e pautada sempre em exame psicológico, realizado por médico psiquiatra, que pode ser assistido por psicólogos;
- (C) a lei, por conta do seu propósito, trata exclusivamente de direitos ditos liberais, como os direitos à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho e à cultura;
- (D) é obrigatória a fruição dos benefícios decorrentes das ações afirmativas colocadas à disposição de pessoas com deficiência cujo impedimento de longo prazo seja de natureza sensorial;
- (E) a mencionada lei falha por somente proteger a pessoa com deficiência contra condutas positivas ou comissivas, praticadas pelo Estado, não a tutelando quando do comportamento negativo ou omissivo, ou proveniente do particular.

61

Os direitos humanos e os direitos fundamentais são usualmente correlacionados. Diversos direitos humanos encontram guarida na Constituição brasileira de 1988 como direitos fundamentais. Existe uma verdadeira simbiose. Nessa medida, é importante verificar como procedeu o Constituinte de 1988 na positivação da Carta Magna, a partir do referencial da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Na comparação de um texto e outro, é correto afirmar que:

- (A) os dois documentos positivaram o direito de propriedade, embora, expressamente, a Declaração reclame o atendimento da sua função social e a Constituição não tenha feito o mesmo;
- (B) a ideia de que não há crime sem lei prévia que o defina é contemplada na Declaração e na Constituição brasileira, admitindo esta uma exceção em caso de decretação de Estado de Defesa;
- (C) o direito à privacidade ou ao resguardo da vida privada encontra amparo nos dois documentos, apesar de apenas a Declaração exigir ou assegurar proteção ou resposta à sua violação, não tendo a Constituição seguido esse exemplo;
- (D) comparativamente, a positivação da proteção à casa na Declaração é menos explicativa, visto a Constituição expressar sua inviolabilidade, o consentimento para ingresso e suas exceções, como o caso de flagrante delito;
- (E) a Constituição brasileira prevê a presunção de inocência ou de não culpabilidade até o trânsito em julgado da decisão penal condenatória, mas a Declaração é omissa quanto a tal direito, o que permite dizer que esta não serviu de inspiração para aquela.

62

Diversos documentos de origem internacional, com preocupação voltada aos direitos humanos, previram um direito de vital importância: a liberdade de expressão. Por ela, diz-se que a pessoa é livre para expor opiniões e fatos. No entanto, com a maior massificação das redes sociais, passou-se a questionar a existência de limites a tal direito.

Quanto ao tema do enunciado, com relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e à Constituição brasileira de 1988, é correto afirmar que:

- (A) tanto a Declaração quanto a Constituição promoveram uma abordagem absoluta desse direito fundamental, de modo que é equivocada a ideia de restrição ou limites a ele, nada podendo ser feito no universo das redes sociais;
- (B) a Declaração previu expressamente limites ao exercício das liberdades, como a de expressão, e a Constituição contemplou um leque de direitos que precisam ser acomodados, como a honra e a imagem das pessoas, o que pode ser um guia para a questão trazida pelas redes sociais;
- (C) a liberdade de expressão é um direito fundamental, mas tanto a Declaração como a Constituição brasileira autorizaram a censura para proteção do interesse estatal, o que pode ser uma solução para o problema trazido pelas redes sociais;
- (D) a Declaração previu apenas e tão somente a liberdade de expressão em sentido estrito, não incluindo aí a liberdade de informação, o que foi reproduzido pela Constituição brasileira que não tratou das liberdades de informação e de imprensa, não estando esses direitos protegidos quando da utilização das redes sociais;
- (E) a existência de um conflito entre a Declaração e a Constituição brasileira, traz um impasse quanto ao tema das redes sociais, porquanto a primeira não admite qualquer limitação ao exercício das liberdades, enquanto a segunda admite limitações, por exemplo, quando em colisão com outro direito fundamental.

63

A atividade de inteligência é desenvolvida pelas agências governamentais que são responsáveis, em geral, pela coleta, análise e disseminação das informações. Essas agências também são conhecidas como serviços secretos, serviços de informações ou serviços de inteligência.

No contexto brasileiro, a atividade de inteligência possui dois grandes ramos ou eixos, que são:

- (A) contraterrorismo e inteligência;
- (B) inteligência e antiterrorismo;
- (C) contraterrorismo e contrainteligência;
- (D) inteligência e contrainteligência;
- (E) contraterrorismo e antiterrorismo.

64

Uma obra clássica sobre a atividade de inteligência foi produzida pelo professor norte-americano Sherman Kent. Diversos serviços secretos pelo mundo, inclusive no Brasil, adotaram a obra como livro de cabeceira. É dela uma das concepções mais conhecidas e aceitas de inteligência que a descreve a partir de três elementos: conhecimento (produto), organização e atividade (processo).

A inteligência como conhecimento (produto):

- (A) diz respeito a sua estrutura funcional;
- (B) tem como cliente o tomador de decisão em diferentes níveis;
- (C) é meio pelo qual a informação é analisada e difundida;
- (D) tem forte caráter científico em seu componente;
- (E) diz respeito a sua estrutura especializada.

65

A atividade de inteligência se distribui por algumas funções, também conhecidas como elementos ou missões de inteligência. Em geral, elas podem ser agrupadas em quatro funções: reunião (*collection*); análise (*analysis*); contrainteligência (*counterintelligence*); e ações encobertas (*covert actions*).

A função reunião, na doutrina brasileira, ocorre por meio de dois procedimentos distintos: a coleta e a busca.

É correto afirmar que o procedimento coleta se refere à(ao):

- (A) obtenção do dado negado ou não disponibilizado;
- (B) obtenção do dado em fonte aberta;
- (C) técnica operacional para obtenção do dado;
- (D) emprego de tecnologia avançada;
- (E) uso de agentes infiltrados.

66

A doutrina brasileira identifica o ciclo da inteligência em três etapas ou fases: orientação, produção e difusão.

A fase específica de produção do conhecimento se divide em quatro ciclos ou subfases: planejamento, reunião, processamento e difusão.

Na fase de produção do conhecimento, o ciclo processamento pode ser compreendido como relativo:

- (A) ao registro de dados obtidos;
- (B) às necessidades do tomador de decisão;
- (C) ao exame, à análise, à integração e à interpretação;
- (D) ao perfil do usuário da Inteligência;
- (E) à coleta e à busca de dados.

67

O acesso do cidadão às informações sobre o que os governantes fazem e sobre o que eles sabem é uma condição necessária para manter os governos contemporâneos minimamente representativos em relação aos governados. Esse dilema é particularmente difícil quando se trata de discutir o controle público sobre a segurança nacional, o segredo governamental e os serviços de inteligência. O controle externo da atividade de inteligência no Brasil é realizado por meio de um controle parlamentar.

A Comissão Mista do Controle das Atividades de Inteligência, comissão permanente do Congresso Nacional brasileiro, possui, dentre outras, a(s) seguinte(s) competência(s):

- (A) apresentar proposta orçamentária relativa aos órgãos que realizem atividades de inteligência;
- (B) examinar e apresentar à estratégia nacional de inteligência;
- (C) indicar o diretor geral da Agência Brasileira de Inteligência;
- (D) elaborar estudos sobre a atividade de inteligência;
- (E) indicar representantes para a inteligência do MERCOSUL.

68

A doutrina de inteligência e diversos estudos acadêmicos indicam dois aspectos básicos a serem observados no sentido de evitar o vazamento e comprometimento das informações e dos conhecimentos produzidos.

Esses aspectos básicos são:

- (A) as ações de contraterrorismo e antiterrorismo;
- (B) a necessidade de conhecer e a compartimentação sigilosa;
- (C) a prevenção e obstrução de ações adversas de infiltração;
- (D) a classificação e o arquivamento das informações;
- (E) a simulação e a dissimulação de dados e informações.

69

Desenvolver uma mentalidade de segurança orgânica é um objetivo que deve ser buscado de forma permanente. A conscientização do público interno contribui para reduzir as deficiências e dificultar a atuação das ameaças.

Na busca por atingir um grau de segurança desejado, a segurança orgânica é composta, em geral, pelos seguintes grupos de medidas: i) segurança dos recursos humanos; ii) segurança do material e documentação; iii) segurança das áreas e instalações e iv) segurança da informação ou dos sistemas de informação.

Existe um consenso na doutrina de que os quatro elementos essenciais no campo da segurança da informação são:

- (A) seleção, infiltração, recrutamento e entrevista;
- (B) classificação, grau de sigilo, arquivamento e destruição;
- (C) levantamento, análise, risco e implementação;
- (D) confidencialidade, integridade, autenticidade e disponibilidade;
- (E) produção, difusão, recepção e manuseio.

70

A negociação constitui a “rainha das alternativas táticas”. Sua doutrina indica duas áreas de atuação do negociador: a negociação real ou técnica e a negociação tática.

A negociação tática é o processo de coleta e análise de informações para suprir as outras alternativas táticas (uso de técnicas menos letal, tiro de comprometimento e intervenção tática), caso seja necessário utilizá-las, ou mesmo para preparar o ambiente, os reféns e o causador do evento crítico.

A negociação tática, em geral, se divide em: i) *nibbling*; ii) *good guy – bad guy*; iii) escalada ou frente russa e iv) concessão.

A negociação tática *nibbling*, é a tática pela qual:

- (A) o negociador fala mais rápido e em um tom de voz mais alto, com a cabeça mais reta e o rosto mais pálido do que é naturalmente;
- (B) dois negociadores, em que um é o mau que não concorda com nada, é mal-humorado, irredutível e só cria obstáculos, e o outro, que ficou calado o tempo todo, de repente diz alguma coisa, com uma solução;
- (C) o negociador aumenta o nível das ordens para ficar sempre dentro dos seus próprios objetivos. Por exemplo, se o negociador conseguiu libertar um refém, deve pedir outro e outro e assim por diante;
- (D) o negociador se caracteriza pelo fato de pedir algo e só então dar algo. É definida pela libertação de reféns;
- (E) o negociador, percebendo que tem o controle da situação, pede cada vez mais, regateando.

71

A experiência tem demonstrado que quanto melhor for o isolamento do cenário da crise, mais fácil se torna o seu gerenciamento. Esse isolamento ocorre por meio de perímetros táticos. Ao estabelecer esses perímetros, pode-se então realizar a organização do cenário da crise.

É comum a doutrina organizar os perímetros táticos em:

- (A) teatro de operações, perímetro impactado, perímetro aberto;
- (B) ponto crítico, perímetro interno e perímetro externo;
- (C) perímetro de descanso, perímetro de socorro e perímetro de risco;
- (D) perímetro de assessores, perímetro de apoio e perímetro técnico;
- (E) posto de comando, perímetro de comunicação e perímetro de inteligência.

72

O posto de comando (PC) de um evento crítico define-se como uma central de atuação do gerente da crise e demais pessoas envolvidas na ocorrência. “É a sede de autoridade para as operações de campo. Nesta condição, o PC centraliza a autoridade e o controle na cena de ação. Também serve como ponto de tomada de decisões para os subordinados”. A organização de um PC é fundamental para desenvolver e realizar bem as suas funções.

Os requisitos básicos para o funcionamento do PC são:

- (A) espaço destinado às coletivas de imprensa;
- (B) proximidade com a imprensa e rápido acesso a restaurantes;
- (C) presença do maior número de autoridades e seus assessores;
- (D) instalação no perímetro externo;
- (E) espaço para reunião, sistema de comunicação e protocolos.

73

Em sentido amplo, a segurança de um dignatário ou autoridade é toda medida ou cuidado adotado que deve garantir a integridade física e moral da personalidade em questão.

Na doutrina, contudo, o conceito de proteção do dignatário ou autoridade é entendido como:

- (A) toda medida ou cuidado adotados para a garantia da integridade física e moral da autoridade, dentro dos limites de uma determinada área e executados por um número limitado de agentes de segurança;
- (B) conjunto de medidas, providências ou cuidados que visa a estabelecer a segurança de um dignatário ou de uma autoridade em determinado momento;
- (C) toda medida ou cuidado de segurança, empregando material ou pessoal, que tem como característica dissimular ou ocultar sua verdadeira natureza e destinação;
- (D) processo criterioso que envolve um ciclo contínuo de planejamento, execução, controle e realimentação;
- (E) a atividade destinada a proporcionar segurança a uma autoridade. A proteção é executada por elementos especializados, com material e doutrina próprios.

74

O comboio motorizado possui um número variável de veículos utilizados para o deslocamento e a segurança de um dignatário ou autoridade. Pode variar segundo o grau de risco, o nível do dignatário ou da autoridade e a disponibilidade de veículos.

É consenso doutrinário que o comboio motorizado será constituído por no mínimo:

- (A) seis veículos;
- (B) cinco veículos;
- (C) quatro veículos;
- (D) três veículos;
- (E) dois veículos.

75

É consenso doutrinário que alguns princípios constituem a base dos procedimentos a serem adotados na segurança de um dignatário ou de uma autoridade. Eles são o resultado de experiências adquiridas e sedimentadas pela prática da atividade de segurança. Esses princípios são: iniciativa, oportunidade, flexibilidade, simplicidade, coordenação, percepção, previsão, versatilidade e abrangência.

O princípio da percepção:

- (A) diz respeito à adaptação da segurança a situações específicas. A capacidade de ajustar-se às circunstâncias de um momento e às características da autoridade definem, muitas vezes, a necessidade de se adotar uma atitude distinta, passiva ou ativa, discreta ou ostensiva;
- (B) determina a presença ou a atitude da segurança no momento e local certos. A atividade de segurança exige um cuidadoso planejamento. A autoridade deve estar assistida pela segurança, evitando lacunas que possam ser aproveitadas por agentes adversos;
- (C) diz respeito à tomada de decisão face às ações imprevistas. O sistema de segurança é estabelecido num dispositivo de expectativa. Qualquer iniciativa deve advir de uma acurada atenção e bom senso, a fim de evitar ou neutralizar as ações adversas;
- (D) fundamenta-se principalmente na atenção, na inteligência e na análise crítica de fatos e atos. Antes, durante e após a realização de um evento, todo o pessoal da atividade de segurança deve atentar para possíveis ações prejudiciais à autoridade;
- (E) diz respeito ao conhecimento antecipado de fatos e situações. Quanto maior o número de informações e dados sobre um evento, mais eficiente será o sistema de segurança, evitando possíveis transtornos à autoridade.

76

Os níveis de segurança ou graus de risco consistem na avaliação dos riscos envolvidos nos eventos ou situações em que o dignatário ou a autoridade se fizer presente. São referência para a intensidade das medidas de segurança necessárias para o estabelecimento do sistema de segurança. Dividem-se em reduzido, normal e especial ou elevado.

É consenso na doutrina que o nível de segurança (ou grau de risco), especial ou elevado, se aplica aos casos em que o dignatário/autoridade:

- (A) está sujeito somente aos riscos inerentes ao cargo que desempenha;
- (B) não está sujeito aos riscos normais inerentes ao cargo que desempenha;
- (C) está sujeito a incômodos decorrentes ao cargo que desempenha;
- (D) sofre ameaças definidas ou está envolvido em situação de extraordinária relevância;
- (E) não está sujeito a ameaça ou incômodos.

77

O uso da força é a característica mais proeminente da atividade policial. O seu carácter extraordinário pode ser apreciado em toda a sua dimensão, uma vez que a polícia pode recorrer a ele sem a intervenção prévia de um órgão jurisdicional ou administrativo. No campo internacional dos direitos humanos e na regulamentação interna brasileira, há princípios que devem ser obedecidos quanto ao uso da força, dentre eles legalidade, necessidade, proporcionalidade e razoabilidade. A ideia central a respeito do uso da força é a preservação da vida e da integridade física de qualquer pessoa.

O princípio da necessidade, no âmbito brasileiro, orienta que:

- (A) o nível da força utilizado deve sempre ser compatível com a gravidade da ameaça representada pela ação do opositor e com os objetivos pretendidos pelo agente;
- (B) um determinado nível de força só pode ser empregado quando níveis de menor intensidade não forem suficientes para atingir os objetivos legais pretendidos;
- (C) os agentes de segurança pública só poderão utilizar a força para a consecução de um objetivo legal e nos estritos limites da lei;
- (D) a intensidade da força escolhida pelo agente de segurança pública deve se dar em resposta a uma ameaça real ou potencial;
- (E) a intervenção coercitiva imposta a pessoa ou grupo de pessoas por parte do agente de segurança pública tem como a finalidade preservar a ordem pública e a lei.

78

As operações de Inteligência são um conjunto de ações de busca e coleta de informações, com o emprego de técnicas e meios especializados, de carácter sigiloso, executadas de forma planejada, com vistas à obtenção de dados e informações geralmente não disponíveis, necessários para a produção de conhecimento de inteligência. Esse conjunto de ações pode ser realizado de duas formas: operações sistemáticas e operações exploratórias.

A respeito das operações sistemáticas, é correto afirmar que:

- (A) necessitam de recursos financeiros não previsíveis;
- (B) produzem dados amplos, completos e profundos;
- (C) têm duração normalmente determinada e curta;
- (D) produzem um fluxo momentâneo de dados;
- (E) têm área de atuação limitada.

79

No desenvolvimento das operações de inteligência, tradicionalmente, podem ser empregadas as atividades de: estória cobertura, reconhecimento, entrevista, vigilância, disfarce, entrada, recrutamento, infiltração e aplicação de equipamentos eletrônicos. Em complemento, algumas habilidades dos agentes de inteligência também podem ser consideradas nas operações de inteligência: a observação, memorização e descrição (OMD) e confecção de croquis descritivos, fotografias e filmagens. É interessante registrar que algumas dessas ações necessitam de autorização judicial.

A respeito da clássica Estória Cobertura, é correto afirmar que:

- (A) coloca um agente de inteligência junto ao alvo ou fazendo parte de seu círculo social;
- (B) tem por objetivo adentrar em ambiente de forma velada;
- (C) envolve o exame atento das pessoas e do ambiente;
- (D) objetiva manter um alvo sob observação;
- (E) objetiva encobrir uma missão.

80

O conceito de gerenciamento de crise, utilizado pela Academia Nacional do FBI, dos Estados Unidos da América, destaca: “o processo de identificação, obtenção e aplicação de recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise”. Esse conceito é consensual dentro da doutrina brasileira de gerenciamento de crise.

Seguindo esse conceito, diz-se que uma crise possui três características básicas, a saber:

- (A) salvamento de vidas, cumprimento da lei e restabelecimento da ordem;
- (B) natureza política, ideológica e religiosa;
- (C) capacitação, treinamento e cumprimento de protocolos;
- (D) imprevisibilidade, compressão do tempo e ameaça à vida;
- (E) detenção de infratores, proteção do patrimônio e garantia do direito.

Prova Discursiva

Como a tecnologia pode ajudar no Direito?

A tecnologia está remodelando profundamente a advocacia, e a inovação tornou-se uma palavra-chave no cenário jurídico moderno. Assim, à medida que os avanços tecnológicos aceleram, os advogados enfrentam a necessidade de adotar novas ferramentas e abordagens para permanecerem competitivos e eficazes.

De que modo você vê a convivência das novas tecnologias com o exercício da advocacia? Diga o que pensa em um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos apresentados.

Valor: 20 pontos

Mínimo de 15 e máximo de 20 linhas.

1

5

10

15

20

RASCUNHO

Realização

